

Lídia Joana Martins Falcão

Dissertação de Mestrado Integrado  
em Arquitectura

Orientador: Prof. Doutor Arquitecto Domingos Tavares



# **BARROCAL DO DOURO**

**Cidade Ideal**  
**vs**  
**Aldeia Actual**

Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Universidade de Coimbra  
Agosto de 2009



## **Agradeço**

...aos Avós, sem eles não seria possível.

...ao meu pai, onde quer que estejas sei que estiveste sempre presente.

...ao João, pelos bons momentos e pelos menos bons, por acreditar em mim, por acreditar em nós.

...à Marta, pela incondicional Amizade.

...aos meus colegas, em especial ao Luciano e à Cátia, que os nossos caminhos nunca se separem.

...à Professora Gracinda, que mais uma vez, depois de tantos anos, prontamente aceitou ajudar-me.

...ao Arquitecto Fernando Silva, por todo o material cedido, mas acima de tudo, pela prestabilidade apresentada desde o primeiro dia.

...à Câmara Municipal de Miranda do Douro.

...à D. Guida do Barrocal, pela visita à Capela e pela forma amável com que partilhou comigo um pouco da sua história e da história daquele lugar.

...à Alexandra do Bar E.D.P.

...à Julieta.

...à minha terra - Pereiros - uma pequena aldeia, um grande lugar no meu coração.

...ao Arquitecto Domingos Tavares, pela orientação e pelas críticas que nem sempre eram aquelas que queria ouvir mas que rapidamente se transformavam em estímulo para fazer melhor, ou pelo menos, para tentar.

**...ao UNIVERSO, por todas as ferramentas que me tem dado para que dia-a-dia me torne numa pessoa melhor, que eu esteja sempre à altura.**



## Sumário



---

## Sumário

<b>Introdução</b>	1
<b>I_ o Estado Novo</b>	
a batalha pela Industrialização	5
as Centrais Hidroeléctricas	17
a Arquitectura: os primeiros anos	23
o retorno à propaganda	33
a redescoberta do rural	39
<b>II_ da Barragem ao Barrocal</b>	
o Douro Internacional	47
os Arquitectos e a Escola do Porto	55
a Cidade Ideal : a relação com o lugar	63
a obra	69
<b>III_ o Moderno Escondido</b>	
a Consciencialização	113
o Património Arquitectónico	115
a Cidade Ideal vs a Aldeia Actual	117
um Momento de Reflexão	127
<b>Conclusão</b>	131
<b>Referências Bibliográfica</b>	137
<b>Fontes das Imagens</b>	149
<b>Anexos</b>	165

---



# Introdução



---

## Introdução

Esta Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura pretende confrontar a Cidade Ideal de Barrocal do Douro construída nos anos 50, no Nordeste Transmontano, com a Aldeia Actual em que se transformou 50 anos depois. Uma Cidade Moderna, Industrial, que nasceu da necessidade económica do país em desenvolver os Aproveitamentos Hidroeléctricos Nacionais. A oportunidade económica resultante do pós-guerra traduziu-se também na oportunidade da arquitectura marcar posição, uma posição caracterizada por uma nova linha de pensamento, o pensamento Moderno.

Entender o valor desta obra [e o objectivo deste trabalho] passa por, num primeiro momento, entender o contexto económico, social e cultural da época em que surgiu. Interessa perceber o percurso feito na Arquitectura nesse mesmo momento da nossa história marcado pelo regime então vigente – o Estado Novo. Compreender o panorama vivido naquela época levar-nos-á a reconhecer o valor arquitectónico das obras então realizadas. De igual forma se mostra fundamental, numa segunda parte, abordar o tema do Ensino da Arquitectura, nomeadamente a importância da Escola de Belas Artes do Porto na evolução formal e conceptual da arquitectura nacional. Reflectir-se-á ainda sobre as condicionantes e factores potenciais que este contexto económico e cultural provocou no desenvolvimento dos projectos dos Aproveitamentos Hidroeléctricos Nacionais, nomeadamente no Aproveitamento Hidroeléctrico de Picote, no Douro Internacional, onde surgiu a Cidade Ideal em análise. Numa terceira parte pretende-se entender a obra no seu conjunto, a relação com o lugar e especificar as suas particularidades, o seu valor como Património e questionar que futuro poderá esperar uma obra desta natureza.

Mais do que um trabalho de análise e crítica este trabalho pretende relembrar um dos nossos patrimónios modernos que apesar de reconhecido se encontra na prática esquecido.



# **I\_o Estado Novo**



<sup>1</sup>António Oscar de Fragoso Carmona



<sup>2</sup>António de Oliveira Salazar

---

## I\_o Estado Novo a batalha pela Industrialização

A 28 de Maio de 1926, um grupo de oficiais políticos, em resposta à crise política e à grave situação financeira do país, levou a cabo uma revolta que fez cair a Primeira República e instaurou a ditadura militar. No rescaldo da Primeira Guerra Mundial verificavam-se substanciais alterações no que diz respeito às ideias políticas, estruturas económicas, relações de classes e imiscuía-se uma consciência de precariedade e mudança que levou o Estado a impor uma atitude mais segura e profunda no planeamento e ordenamento da vida colectiva. Neste seguimento, o Estado Novo foi instituído em 1933 com a aprovação da nova Constituição que procurava dotar a Nação de um estatuto nacionalista, corporativo e autoritário.

O regime, após algumas mudanças ministeriais, passou a ser presidido pelo General Carmona e António Oliveira Salazar assumiu a Pasta das Finanças. A este último ficou associada a essência política, económica e social do regime.

Nos anos 30, verificou-se um aumento demográfico potenciado pelo fim da Primeira Grande Guerra e pela quebra da mortalidade, pelo impedimento da emigração e pela melhoria das condições higiénico-sanitárias. A população activa aumentou, mas este acentuado crescimento teve um preço económico-social. Para uma sociedade de economia atrasada, como era a economia portuguesa nesta época, assente numa agricultura tradicional com valores de produção e produtividade muito baixos, existia “gente a mais” relativamente às capacidades existentes de produzir riqueza e oferecer trabalho. Para absorver este “excesso populacional” era necessário apostar no desenvolvimento, fosse através da modernização da agricultura ou através do desenvolvimento industrial.

---

<sup>1</sup> António Óscar de Fragoso Carmona, nasceu em Lisboa em 1869 e morreu na mesma cidade a 18 de Abril de 1951.

<sup>2</sup> António de Oliveira Salazar, nasceu no Vimieiro, em Santa Comba Dão no ano de 1889 e morreu em Lisboa em 1970.



<sup>3</sup>Engenheiro Ezequiel de Campos



<sup>4</sup>José Nascimento Ferreira Dias Jr.

---

Estruturalmente, Portugal era marcado por uma profunda ruralidade. Cerca de 80% da população vivia fora dos centros urbanos, a taxa de analfabetismo rondava os 62% e a população activa era essencialmente agrícola. As condições da habitação rural eram consideradas miseráveis e a alimentação feita por esta população caracterizada como deficiente. No entanto, o poder político não contrariava esta situação, pelo contrário, assumia-a como sendo inevitável. O subdesenvolvimento do país era visto pelo regime como uma mais-valia. Ao assumir uma postura de conformidade perante um país “naturalmente” pobre e agrícola, um “Portugal autêntico”, mantendo-se à margem das agitações inerentes ao desenvolvimento, continham as reivindicações políticas e sociais, preferindo ter uma nação “*pobre mas honrada e respeitosa*”<sup>3</sup>. Desta forma o Estado Novo foi adiando o necessário processo de industrialização e a tão contestada reforma agrária.

Apesar da posição do regime, alguns dos seus apoiantes eram ideólogos industrialistas<sup>4</sup> ou defendiam o reformismo agrário. Estas personagens contrariavam a perspectiva de ruralidade incontornável, lutavam pelo desenvolvimento e defendiam as potencialidades não exploradas e/ou desconhecidas do país através de um discurso optimista acerca delas e do seu papel fundamental na “regeneração económica nacional”, regeneração essa que passaria pela análise e rentabilização das mesmas. Uma dessas potencialidades seria o aproveitamento da geomorfologia dos rios para produção de energia eléctrica barata e em quantidade significativa que serviria de suporte a uma autêntica industrialização, de suporte à criação de indústrias base e à reorganização das indústrias existentes assentes numa agricultura moderna e na exploração das matérias-primas da metrópole e colónias. Para os industrialistas este era o caminho do progresso e da auto-suficiência económica do País. No entanto, essas vozes levaram uma década a ser ouvidas, embora reclamada com cada vez maior determinação por diversas individualidades a electrificação nacional foi uma obra adiada.

---

<sup>3</sup> ROSAS, Fernando, coord. - O Estado Novo. In MATTOSO, José, dir. - História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 7. p.23.

<sup>4</sup> Dois desses ideólogos foram o Eng. Ezequiel Campos e o Eng. Ferreira Dias, que, por vários meios, defenderam a industrialização e a electrificação nacional.



---

Só a longa permanência dos governos no poder e a conseqüente estabilidade política e financeira alcançada, permitiu a efectivação de vários programas de reorganização em muitos domínios da vida nacional. Então, a 24 de Maio de 1935, com a promulgação da Lei nº 1914 – Lei de Reconstituição Económica – é que a realização do empreendimento hidroeléctrico se aproximou. Esta Lei constituiu a primeira investida do Governo na dinamização da economia ao definir a reorganização e rearmamento do Exército, a construção de vias de comunicação, portos e aeroportos, o desenvolvimento da rede eléctrica nacional, hidráulica agrícola, irrigação e povoamento do interior, a construção de edifícios escolares e a reparação de monumentos, áreas sobre as quais se deveria intervir nos anos seguintes. Contudo, a escala de prioridades equiparava os gastos da defesa aos do fomento em geral, e sendo que, nestes, a primazia era conferida aos transportes em detrimento de sectores como a electrificação e as comunicações, ficando estas aquém do esperado para potenciar e pôr em prática o desenvolvimento industrial.

Em 1939 iniciou-se a Segunda Grande Guerra que devastou a Europa. Portugal encontrando-se numa posição de neutralidade<sup>5</sup>, foi poupada às destruições e às baixas humanas. No entanto, não conseguiu evitar os efeitos políticos e económicos do conflito: os mercados externos fecharam-se; as matérias-primas essenciais à indústria e aos transportes que chegavam a Portugal por via de importação escassearam ou sofreram inflação de preços; as exportações, já de si reduzidas mas essenciais à manutenção de determinados sectores comerciais devido à inexistência de mercado interno, baixaram. Apesar desta conjuntura, para um grupo de industrialistas, o conflito representou uma oportunidade excepcional de desenvolvimento, já que, explorando uma oportuna “economia de guerra”, era possível finalmente incrementar as reclamadas indústrias de base, agora indispensáveis na substituição das importações.

*“A guerra, esse monstro de que falava Vieira, tem sido minha aliada nesta campanha*

---

<sup>5</sup> Esta neutralidade, enquadrada na aliança luso-britânica, seria, num momento inicial, instrumento de controlo do regime Franquista por parte dos Aliados. Depois de envolvida a Espanha no conflito, a neutralidade portuguesa passaria a ter um carácter mais colaborante, fosse pela cedência da base militar açoriana à Grã-Bretanha e aos EUA, fosse pelo fornecimento de volfrâmio a estes países. Simultaneamente, no entanto, por afinidade ideológica, mantinha-se uma espécie de compromisso de não agressão da parte dos regimes de extrema-direita europeus - PRATAS, Ana Raquel Pimentel Machado - Marcas de Água : Vila Nova, Salamonde, Caniçada, Alto Rabagão. Coimbra: [s.n.], 2005. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura. p. 19.



---

*de mostrar aos portugueses o caminho da indústria, pelas dificuldades que trouxe à vida nacional; porque as dificuldades analisadas à posterior ganham em evidência, embora a análise perca em oportunidade”<sup>6</sup>.*

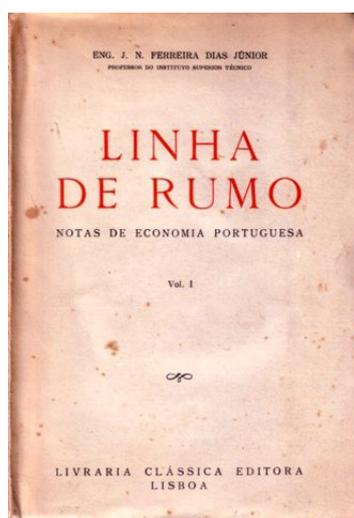
José Nascimento Ferreira Dias<sup>7</sup>, que desde há uns anos se vinha afirmando e destacando no quadro de um grupo de engenheiros apostados na defesa da modernização económica e técnica do país, foi chamado ao Governo durante a Guerra, para integrar a equipa que compunha o recém-criado Ministério da Economia. Foi então que escreveu as duas leis que marcaram de forma decisiva o percurso da economia portuguesa nos anos seguintes. Tendo sido, em 1940, nomeado Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, utilizou o crédito, a liberdade e os recursos que lhe foram dados para concretizar a ambiciosa electrificação. Convicto de que o país não podia continuar estagnado à espera de perceber se era ou não seguro investir em tal empreendimento, e determinado no desempenho do seu novo cargo, Ferreira Dias vê promulgada, a 26 de Dezembro de 1944, a Lei nº2002 – Lei de Electrificação Nacional. Esta Lei, aprovada e promulgada estando já Ferreira Dias fora do Governo, veio estabelecer as bases necessárias à reestruturação do sector eléctrico – a electrificação do país estava em marcha. Na proposta de apresentação da lei ficaram bem claros os objectivos que a orientavam: a electrificação como condição fundamental para o processo de modernização/industrialização do País, o conceito de rede eléctrica nacional e o enunciado do princípio de que a produção de electricidade teria de ser de origem hidráulica – a energia seria produzida essencialmente em centrais hidroeléctricas.

No ano seguinte, é também promulgada a Lei de Fomento Industrial, a Lei nº2005. Esta Lei, de Fomento e Reorganização Industrial, constituiu a peça mais marcante e emblemática da ofensiva industrialista e o mais persistente projecto adoptado pelo Estado Novo. Resumidamente, a moção que se encontrava enunciada na apresentação da proposta que deu origem à Lei nº2005 apontava para um processo global de transformação

---

<sup>6</sup> \_DIAS JUNIOR, J. N. Ferreira - Linha de Rumo: Notas de Economia Portuguesa. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1945. p.170.

<sup>7</sup> \_Ferreira Dias possuía uma visão das exigências de desenvolvimento do país e dedicou-se a fundo na resolução dos problemas de distribuição de energia a todo o país e à renovação e expansão industrial; um dos objectivos seria colocá-los no campo da engenharia ao nível dos outros países.



5Linha de Rumo: Notas de Economia Portuguesa,1945



6Pela publicação de 'Linha de Rumo': Notas de Economia Portuguesa, Ferreira Dias recebeu em 1946, da mão de António Ferro, o prémio Anselmo de Andrade.

---

das estruturas produtivas de um país, para o qual, num quadro de progresso material, não existia alternativa, entendendo assim a industrialização como uma etapa por onde teriam de passar as sociedades de todos os países na sua marcha para o desenvolvimento. No entanto, mais do que pelo enunciado das indústrias a criar, a Lei 2005 valeu pela síntese e, sobretudo, pelo discurso articulado que passou a envolver, estruturando e dando espessura à proposta e ao caminho da industrialização em ritmo acelerado que outros partilhavam e perfilhavam.

Em 1945, Ferreira Dias editou o livro *Linha de Rumo, Notas de Economia*. Através deste dá a sua opinião quanto ao estado do País. Nele, critica a apatia de muitos portugueses, quer por falta de informação, como é o caso da maioria dos trabalhadores rurais, quer por falta de vontade de ver a realidade em que se encontra o país, como é o caso dos mais resignados ou daqueles que pretendiam tirar algum proveito da inércia a que o país se tinha acomodado. Refere a situação financeira equilibrada que o país alcançou mas deixa claro que não é o suficiente, havia que aliar ao equilíbrio financeiro o equilíbrio económico. Faz uma comparação com a realidade dos outros países europeus o que lhe permitiu avaliar o quadro social que se mostrava bastante inferior ao da maioria dos restantes.

Para F. Dias, as dificuldades que os portugueses atravessavam a nível social, só podiam, quanto a ele, ser atenuadas à custa de uma política de desenvolvimento industrial que viesse assegurar a estabilidade económica do país, frisando de forma imperativa a necessidade da mudança de rumo na economia. Dias defende a criação das indústrias de base, onde a electrificação acompanha sempre o seu discurso como um bem necessário e indispensável à existência das restantes: “(...) *a energia eléctrica é essencialmente um meio para a realização de um fim: o fim industrial para que é destinada (...)*”<sup>8</sup>. O seu livro tornou-se na ‘bíblia’ da ideologia industrialista, o texto de referência básico da política de industrialização que arrancou pouco tempo depois.

---

<sup>8</sup> \_DIAS JUNIOR, J. N. Ferreira - Relatório que antecede a “Proposta de Lei acerca da Electrificação do País”: Diário da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, nº79, de 24 de Outubro de 1944, p.437, apud José Maria Brandão de Brito et alli, Engenho e Obra, Lisboa, I.S.T., publicações D. Quixote, 2002, p.101.



---

Nos anos 50 e 60 assistiu-se em Portugal a uma profunda alteração das estruturas da economia, reflexo do arranque da electrificação e da industrialização realizado a partir dos anos 40. A nova estratégia económica do Estado iniciada no Pós II Guerra Mundial, foi o elemento causador desta significativa evolução, promovendo as condições que viriam a proporcionar um acentuado crescimento do sector industrial nacional, em concordância com as tendências gerais do capitalismo na Europa. Instrumentos fundamentais a esta nova estratégia económica foram os então chamados, ‘Planos de Fomento’, que surgiram no seguimento da Lei 2005 – Lei de Fomento Industrial –, de Ferreira Dias.

O I Plano de Fomento, considerado um “*sucessor modernizado da Lei de Reconstituição Económica de 1935*”<sup>9</sup>, entrou em vigor entre 1953 e 1958, e reflectiu a primeira experiência portuguesa em termos de planeamento económico. Este plano deu atenção às indústrias base necessárias ao desenvolvimento das demais, mas em especial à indústria produtora de electricidade pelas exigências crescentes do consumo – a possibilidade de aceder a uma energia abundante e barata, desencadeou uma aceleração no consumo. Na indústria, a electrificação dos sistemas de produção veio aumentar a produtividade e, como consequência, a demanda da energia.

Neste sentido, o aumento da produção da energia hidráulica, foi apontado como um dos principais objectivos a alcançar. A indústria hidroeléctrica desenvolveu-se aceleradamente na urgência de dar resposta às crescentes exigências e, em meados da década de 60, os desejos de Ferreira Dias e outros ideólogos da electricidade, pareciam cumprir-se: “*a hidroeléctrica detinha, em 1963, cerca de 90% da produção*”<sup>10</sup> de electricidade.

---

<sup>9</sup> ROSAS, Fernando, coord. - Portugal depois da Guerra: Estado Velho, Mundo Novo. In MATTOSO, José, dir. - História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Vol. 7. p.455.

<sup>10</sup> JACINTO, Rui Candeias - As barragens em Portugal: de finais de Oitocentos ao limiar do século XXI. In HEITOR, Manuel, BRITO, José Maria Brandão de, ROLLO, Maria Fernanda, coord. - Momentos de Inovação e Engenharia. Lisboa: Dom Quixote, 2004. Vol. II. p. 812.



---

## I\_o Estado Novo as Centrais Hidroeléctricas

Já em 1926 o governo tinha determinado que a produção, o transporte e a distribuição de energia eléctrica passariam a ser regulados pela denominada Lei dos Aproveitamentos Hidroeléctricos (LAH)<sup>11</sup>. Como foi reconhecido pelo próprio Ferreira Dias, este documento tratava-se de um documento notável e bastante avançado para a época, acabando por servir de matriz à ‘sua’ Lei nº 2002.

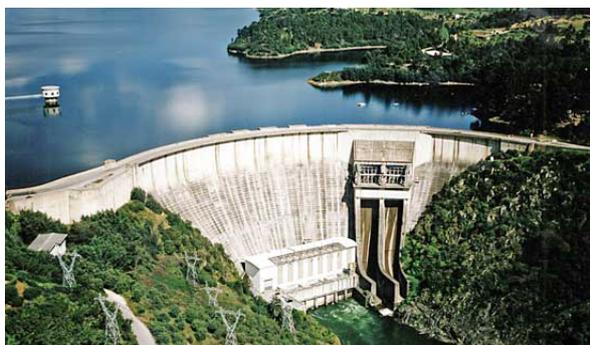
Este decreto estabelecia já como base que caberia ao governo, não só promover e apoiar a construção do transporte de linhas de energia, como criar um fundo especial destinado a auxiliar a construção das centrais produtoras, designadamente hidráulicas, e a instalação de indústrias que interessassem à economia nacional. Desta forma, a LAH constituiu na altura o fundamento potencial de uma política de electrificação nacional, que havia de permitir a construção dos grandes aproveitamentos hidroeléctricos a partir dos meados da década de 40.

Não se foi muito longe com esta lei, quer porque a política económica do Estado Novo nos anos 30 não apontava ainda para objectivos e prioridades suficientemente claros, quer porque os interesses em presença eram demasiado divergentes e tinham conduzido a uma dispersão de redes, com tensões e frequências muito diversas. No entanto, foi ao abrigo da LAH que se conseguiu construir o fundamento da “política de electrificação nacional” e através desta foram feitos os primeiros trabalhos de registos hidrológicos e de levantamentos topográficos das bacias que viriam, posteriormente, a ser as primeiras aproveitadas.

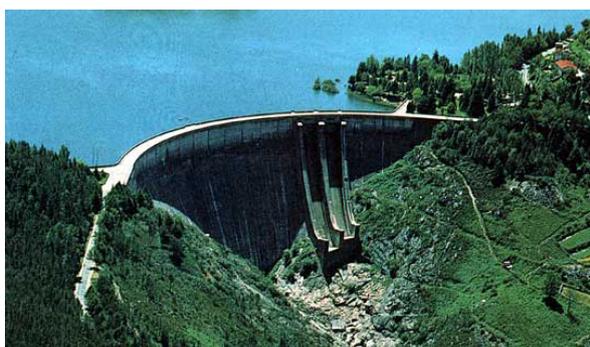
É então que, nos anos 40, a criação de indústrias de base com matérias-primas nacionais veio diminuir as importações e aumentar a procura energética; este incremento no consumo justificou o investimento nos grandes aproveitamentos hidroeléctricos

---

<sup>11</sup>\_Decreto nº 12 559, de 20 de Outubro de 1926.



<sup>7</sup>HEZ, Barragem de Castelo do Bode, 1946/51, Rio Zêzere



<sup>8</sup>HICA, Barragem de Venda-Nova, 1945/51, Rio Cávado



<sup>9</sup>HED, Barragem de Picote, 1954/58, Rio Douro

---

cuja construção, por sua vez, desenvolveria as indústrias da construção civil e criaria novos postos de trabalho em zonas pouco desenvolvidas e pouco povoadas. A construção dos aproveitamentos hidroeléctricos viria não só, favorecer a regularização dos caudais, como também traria ainda proveitos ao nível da rega e do abastecimento de água às populações. Em conjunto com as Leis nº 2004 e 2005 está estabelecido o quadro legal e o programa necessário à Electrificação do País.

Neste contexto, em 1945 foi proposta a formação de duas empresas privadas, HICA, Companhia Hidroeléctrica do Cávado, e HEZ, Hidroeléctrica do Zêzere, responsáveis pela concessão das bacias dos respectivos rios. Ao Estado cabia “*auxiliar a instalação das novas centrais através da concessão de créditos e colocação de obrigações por intermédio da Caixa Nacional de Crédito e pela isenção de direitos de importação sobre máquinas, utensílios e outros materiais necessários à instalação*”<sup>12</sup>, que não fossem possíveis obter na indústria nacional.

Estes dois rios foram eleitos os pólos fundamentais de desenvolvimento da hidroelectricidade, quer pelas condições favoráveis à implantação das barragens, quer pela proximidade às áreas de maior grau de industrialização. A estes dois pólos fundamentais de desenvolvimento da hidroelectricidade nacional seguiu-se a constituição da HED, Hidroeléctrica do Douro, que começou a explorar numa primeira fase o troço internacional do rio Douro, em Julho de 1953, ano em que entrou em vigor o I Plano Fomento.

Sob a concessão da HEZ, em 1946 inicia-se a construção da Barragem de Castelo de Bode, no rio Zêzere. Inaugurada em 1951, permitiu que pela primeira vez, a cidade de Lisboa fosse iluminada com energia hidroeléctrica em substituição da, até então usada, electricidade incandescente. Neste seguimento são construídas também as Barragens do Cabril e da Bouçã, inauguradas em 1954 e 1955, respectivamente. Em 1951, iniciativa da HICA, é inaugurada a Barragem de Venda-Nova, no rio Cávado, e seguidamente

---

<sup>12</sup>\_Os aproveitamentos hidro-electricos. Industria Portuguesa. 18 : 209 (1945) 27.

